
LIVROS DIDÁTICOS COMO FONTES HISTÓRICAS

ANDRÉ MENDES SALLES

Mestrando em História UFPB/Bolsista CAPES

andremendes.s@hotmail.com

A História da Educação, assim como o Ensino de História¹, passou por reformulações teórico-metodológicas, sobretudo a partir da década de 1980. Novos temas e novas formas de abordá-los foram desenvolvidos. A *História Cultural*, e com destaque as *representações*, têm ganhado nos últimos anos grande espaço entre os historiadores brasileiros; em verdade, tal tendência historiográfica tem cada vez mais marcado as obras de historiadores do mundo Ocidental. A educação, no contexto da História Cultural, se tornou um campo de pesquisa privilegiado para os historiadores, pois manifestações educacionais, sejam elas escolares ou não, são partes integrantes dos fenômenos culturais.

É preciso, entretanto, destacar que a Nova História e as alterações que a permeavam demoraram a fazer parte das discussões intelectuais brasileiras. Vainfas (1997) nos alerta para que não busquemos a explicação para tal defasagem da historiografia nacional no famoso discurso *país de terceiro mundo*. É preciso ir além, percebermos que o final da década de 1960 e os anos de 1970 foram momentos auge da repressão militar, da censura, das prisões arbitrárias, dos constrangimentos às diversas ciências, sobretudo àquelas ligadas às humanidades. Nesse contexto, o ambiente acadêmico, enquanto espaço de resistência intelectual, tornou-se propício ao desenvolvimento dos *diversos marxismos*².

Assim, as pesquisas desenvolvidas na década de 1970 na academia, privilegiaram as temáticas sócio-econômicas, deixando de lado, em certo sentido, as produções que envolviam temáticas relacionadas a História Cultural. Ademais, é preciso destacar que não houve na década de 1970 muitas traduções para o português das pesquisas desenvolvidas, sobretudo na Europa, sob a perspectiva da História Cultural.

Em contrapartida o final da década de 1980 é marcado pelo chamado *boom* editorial no campo histórico, onde além de traduzidas as obras versadas na Nova História Cultural, foram editadas também obras produzidas nas universidades brasileiras oriundas de teses de mestrado e doutorado, já embasadas pelas problemáticas da Nova História (VAINFAS, 1997; 2009).

Nesse contexto afirma Vainfas:

O ambiente intelectual ou mais propriamente ideológico que envolvia a produção historiográfica brasileira, cada vez mais atrelado à produção universitária, embarreirava ou bloqueava o diálogo com estas correntes [quais sejam, História das Mentalidades, História Social Inglesa, Nova História Cultural e Micro-história] que nem sequer eram novidades, pois estavam, algumas delas, plenamente consolidadas em seus centros originais. Foi com o avanço da pós-graduação, de um lado, e a crise do regime militar, de outro, que a pesquisa histórica no Brasil pouco a pouco se abriu a estes novos campos. A queda do muro de Berlim, em 1989, completa o quadro, libertando a pesquisa histórica brasileira dos patrulhamentos esquerdistas. O arejamento do ambiente universitário, enfim livre dos compromissos políticos de combate ao regime de exceção e, de quebra, livre das patrulhas ideológicas, teve peso decisivo nesta inflexão historiográfica (VAINFAS, 2009:228-229).

Décio Gatti Jr., professor da Universidade Federal de Uberlândia, em pesquisa realizada sobre o livro didático de História no período de 1970 a 1990, diz o seguinte:

O processo de abertura política do país, iniciado no final da década de 1970, permitiu a superação paulatina da censura e auto-censura, com a veiculação nos livros didáticos de uma História mais crítica e vinculada ao processo de renovação da historiografia internacional que, em um primeiro momento, na década de 1970, alinhava-se com a historiografia marxista de base econômica e, nas décadas de 1980 e 1990, passava a agregar também os temas da História Cultural, advindas da influência da História Nova e, por fim, da forte renovação didático-pedagógica incentivada pela penetração do construtivismo no país (2004:236).

Como pudemos perceber no relato de Gatti Jr., não só as produções acadêmicas, mas também as produções didáticas de História, com o processo de

abertura política no final da década de 1970, passaram a fazer parte do rol de renovação da historiografia internacional.

Rojas (2007), em sua *Tese sobre o Itinerário da Historiografia do Século XX*, destaca quatro grandes momentos hegemônicos por que passou a historiografia desse século³. Sua análise, influenciada por Braudel, se dá sob a perspectiva da *longa duração*, pois acredita que ela deva “concentrar a atenção nas grandes transformações, nas modificações verdadeiramente profundas que foram definindo de maneira radical a atividade historiográfica nesse período do século XX” (ROJAS, 2007:13). O autor nos propõe que, para se compreender devidamente a historiografia desse século, é preciso retroceder em 50 anos a data cronológica do início do mesmo⁴. Portanto, o autor começa a sua análise mais ou menos em meados de 1848, data carregada de significados, pois é o momento das grandes revoluções européias.

O Marxismo aparece na obra de Rojas (2007) como sendo a primeira grande etapa hegemônica da historiografia ocidental. Tal movimento historiográfico, que vale salientar foi antes oriundo de movimentos sociais e políticos da segunda metade do XIX, apresentou, segundo o autor, um *caráter fundacional*, pois partiu de um projeto sistemático de fundação de uma ciência histórica. É nesse sentido que Rojas acredita que o Marxismo tirou a História do mundo mágico de mitos e lendas para colocá-la como uma ciência, como uma análise crítica da sociedade humana. Segundo o autor, o nascimento e a afirmação do Marxismo é o ponto de partida da historiografia contemporânea, pois “sem o exame do marxismo, dificilmente poderíamos compreender o que são os estudos históricos do século XX e da atualidade” (ROJAS, 2007:15-16).

Ainda seguindo as diretrizes estabelecidas por Rojas (2007), temos a segunda grande etapa da historiografia ocidental, o chamado Positivismo. Segundo ele, esse foi o momento em que houve a hegemonia da *fala* alemã. Essa hegemonia representou uma regressão, um retrocesso em relação ao momento fundador. É preciso que se destaque que essa foi a fase de exacerbação dos nacionalismos, quando a educação se voltou para questões cívicas e patrióticas, valorizando os grandes feitos e heróis nacionais. O autor critica severamente tal corrente historiográfica e a restringe quase que à *fala* alemã, esquecendo, com isso, a *fala* francesa de Comte, por exemplo. O historiador mexicano,

visivelmente atraído pelas idéias marxistas, não poupa críticas a essa segunda etapa do pensamento historiográfico do século XX, na mesma medida em que não poupa elogios à corrente marxista. Entretanto destaca algumas das importantes contribuições da historiografia positivista para as ulteriores correntes historiográficas que viriam, tais como: trabalho com as fontes, crítica externa e interna dos documentos e distinção entre fontes históricas e literárias e documentos falsos e verdadeiros.

Vainfas (1997) destaca que essa historiografia do fim do XIX e início do XX apresentou um importante papel no desenvolvimento e amadurecimento das correntes de pensamento que vieram doravante, acreditando que “os combates de Bloch e Febvre e o movimento historiográfico que estimularam nos anos 20 foram em parte injustos com a historiografia do século XIX e mesmo com a que havia no início do século [XX]”. E acrescenta: “sem eles [historiadores do século XIX e início do XX] não se poderia compreender nem o surgimento dos *Annales*, nem a preocupação com as *mentalidades*, que desde cedo se fez notar”. Deste modo “não resta dúvida de que os primeiros *annalistes* estereotiparam, em parte, a historiografia oitocentista com o fito de acentuarem a *novidade* de suas propostas” (VAINFAS, 1997:131-132).

Voltando ao percurso do pensamento dialético de Rojas (2007), temos a terceira etapa hegemônica da historiografia ocidental do século XX, os *Annales*. Sobre esse movimento de renovação intelectual, escreveram importantes historiadores. Sobre a importância dos *Annales* para produção/renovação do conhecimento histórico nos diz Vainfas:

Não resta dúvida de que a fundação dos *Annales* foi movimento dos mais profícuos na historiografia mundial, tão profícuo que Peter Burke o chamou de ‘a Revolução Francesa da historiografia’, subtítulo de seu recente livro sobre os historiadores franceses... a *história nova* francesa talvez tenha sido a que mais irrigou e inspirou a pesquisa e a reflexão historiográfica mundial nas últimas décadas (VAINFAS, 1997:131).

Não nos interessa aqui discutir acerca das especificidades historiográficas do *Annales*, coisa que, aliás, tem sido intensamente debatida entre importantes

historiadores estrangeiros e brasileiros⁵. Interessa-nos tão somente ter o discernimento de que tal corrente, nos seus diversos momentos ou gerações, contribuiu para alargar as possibilidades de *temáticas* a serem tratadas pelo historiador e, conseqüentemente, enriquecer o conceito de *fonte histórica*.

As transformações sócio-culturais ocorridas em 1968 são consideradas por Rojas (2007) como o marco divisório que estabelece a quarta e última etapa da historiografia ocidental do século XX. Segundo esse pensador mexicano, o *policentrismo* foi que caracterizou o momento intelectual que perdura até nossos dias. Falar em policentrismo significa dizer que não há mais hegemonias historiográficas, é considerar que o momento historiográfico no qual vivemos reflete, na verdade, uma *polifonia*, uma multiplicidade de formas de se entender, encarar e pesquisar em História.

Depois de 1968, algo importante se rompeu e terminou esse regime de longa duração da hegemonia historiográfica de um espaço cultural ou de um espaço nacional, criando-se então a nova modalidade de funcionamento da historiografia a cujo desenvolvimento assistimos na situação atual. *Ninguém é hegemônico na historiografia contemporânea*, o que nos convoca a todos por igual a participar na inovação historiográfica. Porque hoje vivemos uma situação de *policentrismo na inovação historiográfica*. E de policentrismo na inovação cultural (ROJAS, 2007:26). [grifos do autor]

Diante desse panorama historiográfico ocidental é que contextualizamos a História da Educação no Brasil. É incontestável a renovação teórico-metodológica por que passou essa disciplina no último século e, em particular, nas suas duas últimas décadas. Os historiadores do século XX, cada vez mais, movidos por novos questionamentos, passaram a fazer novas perguntas a documentos já conhecidos pela historiografia, remodelando o fazer historiográfico.

Ademais, novas temáticas de pesquisa foram introduzidas na produção histórica. Assim, novas fontes também passaram a ser utilizadas na tentativa de se compreender essa renovada maneira de se produzir conhecimentos históricos. Com isso, por exemplo, o livro didático, antes compreendido como um simples manual escolar tornou-se objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional⁶. Com as influências advindas da Nova

História Cultural⁷, não somente o livro didático em si passou a ser analisado, mas também as práticas de leituras que dele se fazia.

As discussões e as idéias suscitadas, sobretudo por Roger Chartier, são caras aos historiadores da educação. Suas análises acerca dos livros em geral influenciaram, em particular, as análises sobre os livros escolares e trouxeram nova luz ao estado da arte da pesquisa no país. Numa análise sobre o livro e o leitor, Chartier diz o seguinte:

As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a 'ordem do discurso' pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (CHARTIER, 1999:08).

Pesquisas recentes acerca do livro - incluindo o didático - vêm se preocupando não somente com o que está posto, o que está inscrito nas páginas do livro, mas também, e talvez sobretudo com as formas de recepção e as formas de leitura que dele se faz. Não só as diversas ideologias presentes nos conteúdos veiculados pelos livros são fontes de análise pelo pesquisador, mas também a própria forma de sua produção, circulação e recepção. Nesse contexto, não somente o autor e sua escrita passam a ser investigados, mas outros agentes que contribuíram para a produção do livro, como editores, ilustradores e até mesmo os próprios leitores⁸.

Circe Bittencourt, a respeito das leituras que se faz dos livros didáticos afirma o seguinte:

Proposto, em geral, para cimentar a uniformidade de pensamento, divulgar determinadas crenças, inculcar normas, regras de procedimento e valores, o livro pode também criar as diferenças porque a leitura que se faz nele ou dele nunca é única. A leitura de um livro é ato contraditório, e estudar seu uso é fundamental para o historiador compreender a dimensão desse objeto cultural (BITTENCOURT, 2008:15).

Entretanto, é preciso perceber que, apesar de existirem diversas possibilidades de usos e apropriações dos livros didáticos por parte dos seus leitores – nesse caso professores e alunos preferencialmente – é necessário que se destaque que estes se fazem “valendo-se do próprio material, isto é, de uma condição objetiva que está dada” (CASSIANO, 2004:34).

Hoje, no meio acadêmico, tornou-se lugar-comum dizer que o livro didático é um instrumento educacional de extrema complexidade. Entretanto, é por esse caminho que traçamos nossa análise. Em primeiro lugar, o livro didático não é mais encarado como um simples manual escolar, ao contrário, as pesquisas desenvolvidas nos últimos anos tentam demonstrar que tais livros sofrem, como nenhum outro, as influências das políticas educacionais da época de sua produção. Como produto mercadológico, o livro didático sofre também a influência do mercado editorial, que como demonstram pesquisas recentes, tem um papel preponderante no resultado final do livro. Além disso, não podemos também nos esquecer do próprio repertório teórico do autor e de suas vinculações metodológicas, o famoso lugar-social de onde *fala* o escritor⁹.

Alain Chopin, um destacado pesquisador do livro didático na França, diz o seguinte:

Sob uma aparente banalidade e uma familiaridade enganadora, o manual escolar é um objeto complexo. Trata-se de um produto cultural cujas funções são plurais: instrumento iniciático de leitura, vetor lingüístico, ideológico e cultural, suporte – durante muito tempo privilegiado – do conteúdo educativo, instrumento de ensino e de aprendizagem comum à maioria das disciplinas. Mas é também um objeto manufaturado, amplamente divulgado em todo o mundo, cuja produção e difusão se inscrevem em uma lógica industrial e comercial (CHOPIN, 2008:09).

Como podemos perceber, o livro didático possui várias facetas, e deve ser entendido - ou é entendido por nós - portanto, como um objeto cultural, cujas possibilidades são plurais.

É significativo o estado da arte da pesquisa sobre o livro didático no Brasil. Pesquisas desenvolvidas tanto em Programas de Pós-Graduação em História quanto em Educação, trazem cada vez mais, novas problemáticas, novos questionamentos oriundos

das mais diversas experiências com os livros escolares. O Manual didático, enquanto produto cultural produzido em determinada época traz consigo peculiaridades indeléveis do período histórico ao qual faz referência. É nesse sentido que acreditamos que esse instrumento educacional deva ser cada vez mais interrogado no intuito de se entender não só a História da Educação, mas também como a sociedade vigente do período de elaboração do material didático pensava o intelectual, o livro, a leitura e a escrita, temáticas tão ligadas à corrente da Nova História Cultural. Assim, por uma renovação teórico-metodológica, sugerimos o livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica.

Notas:

¹ Ensino de História aqui entendido como campo de pesquisa acadêmica.

² Os diversos marxismos que surgiram na academia na década de 1970 - que segundo Vainfas variou do mais sofisticado ao mais vulgar - foram formas de resistência intelectual a Ditadura Militar. Além do mais, “desde os anos 1950-1960, e sobretudo nos anos 1970, com a difusão de cursos de pós-graduação, a produção historiográfica brasileira esteve, de certo modo, hegemônica pelo marxismo, ou pelas várias correntes marxistas”. Nesse sentido, “o fundamental era, então, fazer uma história que buscasse as raízes sócio-econômicas de nosso atraso, subdesenvolvimento ou dependência do imperialismo, em especial o norte-americano. Uma história engajada, portanto, uma história militante” (VAINFAS, 2009:225).

³ Os quatro grandes momentos hegemônicos da historiografia destacados pelo autor são: Marxismo, Positivismo, Annales e Policentrismo. Como forma de contextualizar nosso trabalho, acompanharemos Rojas nesse percurso da historiografia do século XX.

⁴ Isso porque Rojas acredita, ainda seguindo a historiografia francesa, que “os séculos Históricos nunca coincidem com os simples séculos cronológicos”. Op. Cit. p.13.

⁵ Ver: BURKE, 1997; DOSSE, 1992; ROJAS, 2004; 1995; REIS, 2000; 2008.

⁶ Analisamos duas interessantes coletâneas sobre fontes históricas. Entretanto, nenhuma delas contemplou o livro escolar enquanto possibilidade de fonte para pesquisa em História da Educação. Ver: PINSKY (2008); PINSKY; LUCA (2009)

⁷ Sobre a Nova História Cultural ver: Burke (2008); HUNT (1992).

⁸ Sobre o livro enquanto produto fabricado, enquanto artefato da indústria cultural, em cuja produção interferem outros atores além dos autores, como por exemplo, editores, copidesques, programadores gráficos, ver: MUNAKATA (1997; 2003); GATTI Jr. (2004). Uma interessante pesquisa acerca das memórias de antigos usuários de livros didáticos, destacando-se as características materiais e simbólicas desses livros, pode ser encontrada em Fernandes, 2004.

⁹ Sobre o lugar social do pesquisador, ver CERTEAU (1982).

Referências

- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar** 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. SP: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. **O que é história cultural?** Tradutor Sérgio Goes de Paula. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. **História**, São Paulo, 23 (1-2), 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução Mary del Priore. Brasília: UnB, 1999.
- CHOPIN, Alain. Prefácio. In: BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar** 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- DOSSE, François. **História em Migalhas: dos Annales a Nova História**. Tradução A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1992.
- FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livro didático em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa (USP)**, São Paulo, v.30, n.3, p.531-545, 2004.
- GATTI Jr., Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru: EDUSC; Uberlândia: EDUFU, 2004.
- HUNT, L. **A Nova História Cultural**. Tradução Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MUNAKATA, Kazumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. Tese (Doutorado) PUC, São Paulo, 1997.
- _____. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla. B.; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Nouvelle Histoire e tempo histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **Os Annales e a historiografia francesa**. Tradução Jurandir Malerba. Maringá: EDUEM, 1995.

_____. **Uma História dos Annales – 1921-2001**. Tradução Jurandir Malerba Maringá: EDUEM, 2004.

_____. Tese sobre o Itinerário da Historiografia do Século XX: uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, C.A.Aguirre (orgs).

Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História cultural. In: **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). Rio de Janeiro: Elsevier, 18ª reimpressão, p. 127 – 162. 1997.

_____. História Cultural e historiografia brasileira. História: **Questões e Debates**, n. 50, p. 217-235, jan./jun. Curitiba: Editora UFPR, 2009.